



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019)

DECRETO Nº 2.635, DE 25 DE JUNHO 1998.

~~Institui o Comitê de Comercialização de Álcool Etílico Combustível — CAEC e dá outras providências~~

~~O PRESIDENTE DA REPÚBLICA~~, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Medida Provisória nº 1.670, de 24 de junho de 1998, e no art. 13 da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964,

DECRETA:

~~Art. 1º Fica instituído o Comitê de Comercialização de Álcool Etílico Combustível — CAEC, com a finalidade de promover a alocação mensal, em unidades produtoras, de pedidos de aquisição de álcool etílico combustível formulados por companhias distribuidoras de combustíveis líquidos.~~

~~Parágrafo único. O CAEC será composto por um representante, e respectivo suplente, de cada um dos seguintes Ministérios e Autarquia, designados por seus titulares:~~

- ~~I — de Minas e Energia, que o coordenará;~~
- ~~II — da Indústria, do Comércio e do Turismo;~~
- ~~III — da Fazenda;~~
- ~~IV — Agência Nacional de Petróleo — ANP.~~

~~Art. 2º O Coordenador do CAEC solicitará dos representantes dos produtores de álcool etílico combustível e das companhias distribuidoras de combustíveis líquidos que proponham, mensalmente, a alocação de que trata o caput do artigo anterior.~~

~~Parágrafo único. O CAEC no desempenho das suas funções, atenderá, preferencialmente, as alocações propostas pelos representantes do setor privado.~~

~~Art. 3º Para os efeitos do disposto neste Decreto as companhias distribuidoras de combustível devem encaminhar mensalmente ao CAEC, por intermédio da ANP, na forma e prazos por ela estabelecidos, os respectivos pedidos de aquisição de álcool etílico combustível.~~

~~Parágrafo único. O total mensal dos pedidos de álcool etílico anidro combustível deverá ser proporcional aos pedidos de gasolina "A" e "A Premium" formulados pelas companhias distribuidoras, nos termos da legislação aplicável.~~

~~Art. 4º Os volumes de álcool etílico combustível mensalmente disponíveis, para comercialização pelas unidades produtoras, serão informados ao CAEC pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, tendo em vista as capacidades de produção e estoque das unidades produtoras.~~

~~Art. 5º Os atos de autorização às companhias distribuidoras de combustíveis líquidos para aquisição de álcool etílico combustível serão expedidos pela ANP, sendo vedadas aquisições do produto em volumes diferentes dos autorizados.~~

~~Art. 6º Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, o CAEC poderá autorizar, total ou parcialmente, a livre aquisição de álcool etílico combustível pelas companhias distribuidoras, devendo as mesmas, neste caso, informar-lhe previamente a razão social e o número no Cadastro Geral de Contribuintes — CGC da unidade produtora, o volume a ser adquirido e o mês previsto para o fornecimento.~~

~~Art. 7º É vedada a comercialização de quaisquer álcoois de origem importada para fins combustíveis sem a prévia autorização da ANP.~~

~~Art. 8º É vedado o ressarcimento de valores de frete, de despesas de transferência, estocagem e comercialização, relativo às aquisições de álcool etílico combustível realizadas em desacordo com o disposto na legislação aplicável.~~

~~Art. 9º O disposto neste Decreto aplica-se, também, à Petrobrás e às refinarias autorizadas pela ANP a realizar operações de compra, venda e transporte de álcool etílico combustível.~~

~~Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Brasília, 25 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República.~~

~~FERNANDO HENRIQUE CARDOSO~~

~~Pedro Malan~~

~~Paulo Jobim Filho~~

~~Raimundo Brito~~

~~Este texto não substitui o publicado no DOU, de 26.6.1998~~